



MENCIONE-SE
PUBLIQUE-SE
EXPEÇA-SE

13/10/04

[Handwritten signature]

Exmº. Senhor
Presidente da Assembleia da República

REQUERIMENTO Nº 133 IX/3ª - AC
(12.10.2004)

Assunto: Financiamento da REFER através duma empresa sediada num "OFF SHORE"

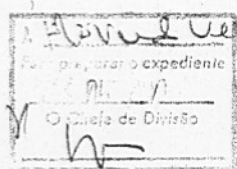
Apresentado pelo Deputado Fernando Serrasqueiro, do Partido Socialista

Publicou recentemente o Jornal Independente, tendo como referência uma auditoria da Inspeção Geral de Finanças, uma notícia em que a REFER, empresa pública, se socorreu duma sociedade sediada numa off-shore da ilha de Jersey, de nome Logo Securities Limited para contrair um empréstimo de 500 milhões de €.

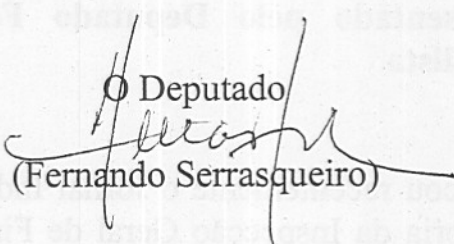
Segundo o jornal, citando a Inspeção Geral de Finanças, as condições da operação são menos vantajosas do que se realizasse na banca comercial avalizada pelo Estado, tendo sido reconhecido pela própria REFER e afirmado pelo Secretário de Estado do Tesouro que na altura tutelava o sector e autorizou a operação, que esta situação se enquadra naquilo que definiu como "interesse nacional" independentemente de serem paraísos fiscais.

O actual Ministro das Finanças expressou recentemente uma posição critica face à utilização abusiva pela banca dos paraísos fiscais e manifestou preocupações quanto à possibilidade de se contornar lucros através do uso da Zona Franca da Madeira.

Assim sendo, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis venho requerer ao Governo através do Ministério das Finanças os seguintes esclarecimentos:



- a) Quais as Empresas Públicas que nos últimos 3 anos recorreram a empresas sediadas em paraísos fiscais para o seu financiamento?
- b) Qual a razão porque foi autorizada a operação descrita embora reconhecida como sendo mais onerosa que o recurso ao mercado bancário com aval do Estado?
- c) Quanto custou a montagem desta operação financeira, designadamente, a comissão de garantia e os juros bancários?
- d) É verdade que para o mesmo montante o recurso ao sistema bancário nacional avalizado pelo Estado, se produziria um ganho de 2,3 milhões de €?
- e) É orientação desse Ministério continuar a avalizar situações de recurso a empréstimos em paraísos fiscais por Empresas Públicas?

O Deputado

(Fernando Serrasqueiro)